

Rodolfo Bonfiglioli

JORNAL DE BRASÍLIA

*Economia  
Brasil*

10 OUT 1985

## Erros passados

Nos últimos cinquenta anos, é fato notório, a economia brasileira e o desenvolvimento nacional têm sido em grande parte construção de governos, obra governamental — seja na sua formulação, seja também na sua execução.

Independentemente da nossa posição filosófica, na questão da estatização da economia e do papel da empresa privada, é forçoso reconhecer que o Estado brasileiro teve importante função na promoção do nosso desenvolvimento, manifestada concretamente através de sucessivos governos.

A doutrina, ou a noção, um pouco intuitiva, que informou esse processo todo, foi a de que uma economia subdesenvolvida não supera esse estágio por virtude própria: pelo livre jogo das forças de mercado. Assim, de acordo com esse ponto de vista, a ação do Estado, visava ajudar o sistema econômico a romper o círculo vicioso do atraso e a gerar os instrumentos de um desenvolvimento ulterior auto-sustentado. A própria livre iniciativa, a atividade empresarial privada, teria que ser impulsionada, ampliada e consolidada por indução do Estado.

Analisada em retrospectiva a ação econômica e empreendedora do Estado brasileiro, ao longo dos últimos cinquenta anos, vemos imperfeições, desvios e falhas diversas. Mas, de modo geral e resumido, podem ser feitas basicamente duas críticas.

Em primeiro lugar, o fato da ação estatal ter sido na prática limitada, quase que exclusivamente à ação do Poder Executivo. Foi este, em verdade, que formulou, decidiu, executou e até mesmo impôs o papel que o Estado, deveria ter em nossa economia. Em consequência, a ação estatal — que na verdade se traduzia em ação governamental centrada no Executivo, — padecia de falta de controle, de limitações, de correções e de fiscalização por parte de órgãos representativos da sociedade como um todo. A sociedade brasileira não se sentia responsável nem solidária inteiramente, por e com essa atuação governamental.

A segunda crítica é que a atuação do Estado, concentrou-se excessivamente na promoção do crescimento tipicamente econômico, negligenciando aspectos importantes do desenvolvimento social, como Educação, Saúde, Segurança, Habitação, Justiça etc.

Estamos hoje em dia em condições de fazer uma revisão crítica desse processo e ela está

surgindo. A Nova República, ao que tudo indica, está reconhecendo que as tarefas típicas de crescimento econômico, ou seja, de gestão e expansão de atividades produtivas, devem ser deixadas à iniciativa privada. E ao Estado, compete cuidar, em escala crescente, daqueles aspectos sociais do desenvolvimento deixados mais ou menos à margem do processo durante largo tempo.

O próprio presidente Sarney tem deixado claro, em seus pronunciamentos, que deseja trazer a iniciativa privada para um novo, mais dinâmico e mais intenso papel na condução e promoção da nossa economia. E o 1º Plano Nacional de Desenvolvimento, apresentado, pelo ministro João Sayad ao Congresso Nacional, enfatiza a necessidade de fortalecimento e, ampliação do papel da iniciativa privada.

Saudamos tais intenções não apenas na qualidade de empresário privado, mas na de brasileiro que acredita que sem iniciativa privada forte não há democracia consolidada — como aliás tem sublinhado o presidente da República. E sabemos que a iniciativa privada brasileira, depois de ter atravessado um duro processo de ajuste e racionalização nos últimos três ou quatro anos, está hoje preparada para seu novo papel — em termos de recursos e capacidade — e disposta a assumi-lo.

A alavanca detonadora de uma nova fase de dinamismo empreendedor por parte do empresariado privado brasileiro depende apenas de um horizonte mais claro melhor definido, à respeito da política econômica governamental. E do estabelecimento de parâmetros e limites estáveis para a ação do próprio Estado daqui por diante.

Assim que houver horizonte confiável a respeito de como as autoridades pretendem realmente conter a inflação e consolidar um custo do dinheiro em níveis razoáveis — os únicos dois fatores que ainda inibem a ação empresarial privada — o imenso potencial de realizações vislumbradas pelos empresários privados nos últimos quatro anos, mas colocadas na «prateleira» à espera de melhores definições, estará pronto para se realizar e para levar a economia brasileira à nova e muito mais qualificada etapa de desenvolvimento.

Rodolfo Marco Bonfiglioli é presidente do Grupo Bonfiglioli